



Portugal gasta mais em Defesa e Educação do que a Zona Euro

- Gastos com saúde e prestações sociais ficam abaixo da média do euro
- É possível reduzir serviços do Estado social sem mexer na Constituição

Economia 28 a 31

Aguiar-Branco tutela a pasta da Defesa. Em percentagem do PIB só o Chipre gasta mais que Portugal nesta área.

Sérgio Lemos/Correio da Manhã



FUNÇÕES DO ESTADO

Portugueses pagam pouco a um Estado que não lhes dá muito

Impostos estão abaixo da média da zona euro, mas gastos sociais e com Saúde são inferiores aos restantes parceiros. Na Defesa e Segurança, só o Chipre gasta mais dinheiro

NUNO AGUIAR
naguair@negocios.pt

Os portugueses pagam pouco em impostos em comparação com os seus parceiros comunitários, mas também é verdade que recebem menos do Estado em apoios sociais e Saúde. Na despesa com Defesa, Segurança e Educação, os resultados são opostos: Portugal surge acima da média da zona euro.

A discussão sobre as funções do Estado foi lançada pelo ministro das Finanças na semana passada, no Parlamento. "Existe aparentemente um enorme desvio entre o que os portugueses acham que devem ter como funções do Estado e os impostos que estão dispostos a pagar." Isto é, Vítor Gaspar dá a entender que, para manter a actual peso do Estado, é necessária uma carga fiscal mais pesada. Uma ideia que viria a ser confirmada por Pedro Passos Coelho quando, nas jornadas parlamentares do PSD e CDS-PP, realizadas este fim-de-semana, referiu que "o Estado só deve fazer aquilo que faz bem e deve fazer muito melhor aquilo que não pode deixar de fazer", anunciado uma "reforma mais do Estado".

O debate é tão económico quanto ideológico. De facto, a receita de impostos cobrada pelo Governo português é inferior à média da zona euro. Em 2010 - o último ano para o qual o Eurostat tem dados de toda a Europa - Portugal arrecadava 31,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em impostos. A média dos países da moeda única é 36,4%.

Se a primeira parte da equação parece corresponder ao que defende o Governo, a segunda não tanto. Na sua intervenção, Gaspar apontou que "o sistema político português não foi capaz de apresentar uma associação entre as funções so-



Aguiar-Branco recusa a visão simplista de que os gastos com Defesa "são um custo e não um investimento".

O nosso maior adversário é o sentimento, inegavelmente crescente, de que as Forças Armadas, num contexto de carência geral, não são necessárias.

JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO
Ministro da Defesa

ciais do Estado que são fundamentais - Educação, Saúde, protecção social - e os respectivos custos". No entanto, a verdade é que, destas três rubricas, apenas uma está acima da média da zona euro.

A mais relevante, devido à sua dimensão são as prestações sociais. Em 2010, Portugal gastava 18,7% do seu PIB nessa função, bem abaixo dos 20,5% da média das economias do euro e menos que Alemanha, França, Áustria ou Finlândia.

A Saúde está no mesmo barco. A despesa do Estado nesta rubrica equivale a 7% do PIB, um valor relativamente baixo quando comparado com a média de 7,5% da zona euro. Gastos relacionadas com a protecção do ambiente

também estão ligeiramente abaixo da média (0,7% e 0,9%).

Só Chipre gasta mais em defesa e segurança

Contudo, existem duas áreas que se destacam no sentido oposto. Os gastos do Estado português com educação representam 6,5% do PIB, quando a média da zona euro é 5,1%. O Governo já anunciou a sua intenção de ir mais longe. Ontem, Roberto Carneiro, ex-ministro da Educação, defendeu que "em áreas onde há uma actividade de mercado, onde há outros agentes de natureza privada, ou de natureza intermédia, é evidente que o Estado tem de repensar a sua função, como é o caso da Educação". Ou seja, reduzir a presença do Estado para dar espaço aos privados.

Outra rubrica onde Portugal gasta bastante mais que os seus parceiros é em defesa e segurança e ordem pública, onde tem uma despesa de 4,1% do PIB, mais do que qualquer país da zona euro à excepção do Chipre (um país dividido entre a presença militar grega e turca). É também nestes indicadores que Portugal está mais afastado da média comunitária (3,2%).

Portugueses vão pagar mais e receber menos em 2013

Era assim em 2010. Neste e no próximo ano, a balança ficará pior para os portugueses. Devido aos sucessivos aumentos de impostos, vão ter de pagar mais e em troca receberão menos, fruto dos cortes, feitos sobretudo nas áreas sociais.

No OE 2013, as funções de soberania ganharam espaço na despesa total. Ao mesmo tempo, algumas rubricas, como a Educação e Saúde, sofreram cortes profundos, enquanto as prestações sociais deverão ter engordado, fruto da explosão do desemprego.

OS IMPOSTOS PAGOS E OS SERVIÇOS PRESTADOS

Primeiro, foi Vítor Gaspar a falar num enorme desvio entre o que os portugueses querem do Estado e o que estão dispostos a pagar-lhe. Uns dias depois, Passos pediu uma refundação do memorando assente numa revisão das funções do Estado. Vale então a pena ver o que os portugueses pagam ao Estado e o que recebem em troca em comparação com outros países da Zona Euro.

RECEITA DE IMPOSTOS MAIS BAIXA QUE RESTANTES PARCEIROS
RECEITA DE IMPOSTOS EM PORCENTAGEM DO PIB, EM 2010



DE ONDE VEM O DINHEIRO

"Existe aparentemente um enorme desvio entre o que os portugueses acham que devem ter como funções do Estado e os impostos que estão dispostos a pagar"

Vítor Gaspar
24 Outubro

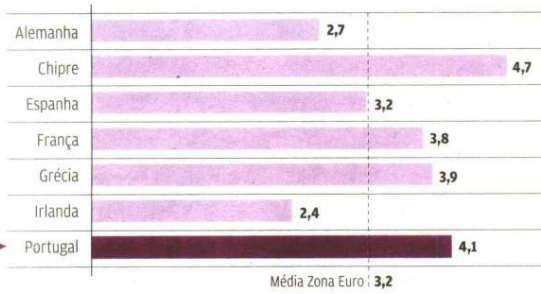
"O Estado só deve fazer aquilo que faz bem e deve fazer muito melhor aquilo que não pode deixar de fazer"

Passos Coelho
27 Outubro

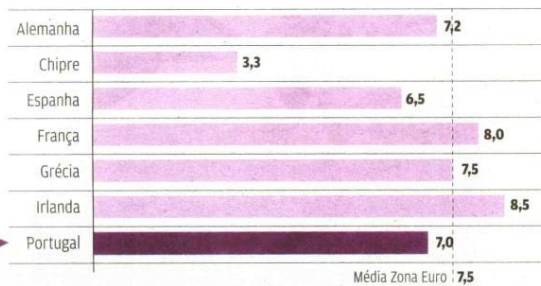
PARA ONDE VAI O DINHEIRO



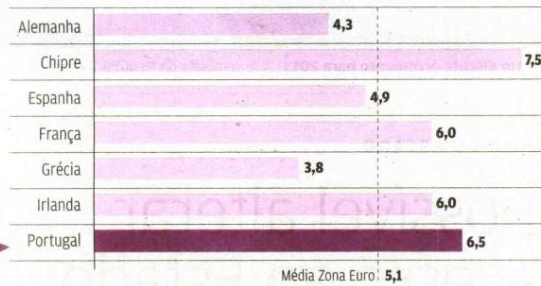
SÓ CHIPRE GASTA MAIS QUE PORTUGAL EM DEFESA E SEGURANÇA
 DESPESA COM DEFESA E SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA EM PERCENTAGEM DO PIB, EM 2010



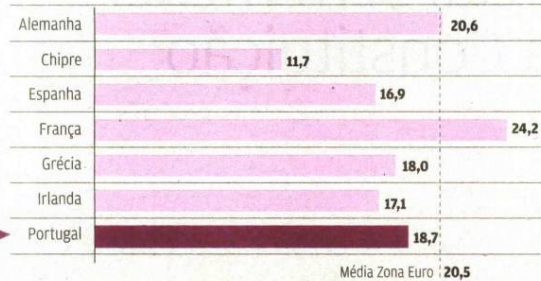
SAÚDE TAMBÉM ABAIXO DA MÉDIA DA ZONA EURO
 DESPESA COM SAÚDE EM PERCENTAGEM DO PIB, EM 2010



GASTOS COM EDUCAÇÃO SÃO DOS MAIS ELEVADOS
 DESPESA COM EDUCAÇÃO EM PERCENTAGEM DO PIB, EM 2010



APOIOS SOCIAIS PESAM, MAS ESTÃO ABAIXO DA MÉDIA
 DESPESA COM PRESTAÇÕES SOCIAIS, EM PERCENTAGEM DO PIB, EM 2010



Este exercício é feito com base nos últimos dados disponibilizados pelo Eurostat, respeitantes a 2010. Desde esse ano, a onda de austeridade que varreu a Europa deverá ter alterado algumas destas conclusões. Por exemplo, para Portugal, com vários aumentos de impostos, a carga fiscal deve ter ganhado peso. Por outro lado, o desemprego inflacionou as prestações sociais e a despesa com saúde e educação deve ter caído.

Unidade: Porcentagem do PIB | Fonte: Eurostat

CONSOLIDAÇÃO

Cortes são a chave para baixar impostos a tempo das eleições

Deputados do CDS e do PSD não têm escondido o desagrado com o aumento de impostos para 2013. Cortes na despesa surgem como a condição essencial para conseguir baixar impostos ainda nesta legislatura

RUI PERES JORGE
 rpjorge@negocios.pt

O desconforto no PSD e CDS com o "enorme" aumento de impostos decretado para 2013 é crescente. E a única forma de o Governo conseguir responder à expectativa dos deputados e eleitores que o suportam e, ao mesmo tempo, manter os objectivos orçamentais acordados internacionalmente, passa por, a prazo, aliviar a subida carga fiscal por um também "enorme" corte de despesa. Este é o plano do Governo, gizado com a troika na última avaliação ao ajustamento nacional, o qual terá associado um exercício de reflexão sobre quais as devidas funções do Estado.

A recente passagem do ministro das Finanças pela Comissão de Orçamento e Finanças foi esclarecedora sobre o desconforto na maioria com o previsto aumento de impostos. "Não faz parte da matriz ideológica do PSD", disse o deputado social-democrata Miguel Frasquilho. "Não pode, não deve ser feito um esforço maior" do lado da despesa, perguntou Telmo Correia, do CDS. Na mesma sessão ambos alinharam a justificação: o voto favorável ao OE acontece apenas em nome do interesse nacional.

Se parece pouco provável que a pressão dos parlamentares que suportam o Governo tenha reflexos significativos em 2013, tudo indica que em 2014 e 2015, no final de legislatura e a tempo das próximas eleições, possa de facto haver espaço para uma redução da carga fiscal em Portugal.

Neste momento, tal parece

4.000

Governo planeia cortes de 4 mil milhões na despesa pública para 2014 e 2015, diz o FMI.

1,9%

Défice orçamental em percentagem do PIB previsto pela troika para 2015.

Poucas são as alternativas que venham a encontrar-se que sejam indolores.

PEDRO MOTA SOARES
 Ministro da Solidariedade e da Segurança Social

dependem essencialmente do sucesso de um plano de cortes na despesa de que se conhece a dimensão: 4 mil milhões de euros, essencialmente concentrados em 2014.

O ministro das Finanças e a troika têm sinalizado que poderá haver espaço para algum alívio na frente fiscal, desde que seja compensado por cortes perma-

nentem na despesa pública. Do lado do FMI, o desconforto com a actual estratégia ficou, aliás, claro na última avaliação ao programa. "As medidas [de consolidação] estão mais inclinadas para a receita do que o 'staff' preferia (...). O 'staff' venceu que cortes adicionais permanentes nas grandes rubricas de transferências sociais facilitarão o ajustamento mais rápido para os objectivos de médio e longo prazo", lê-se no relatório.

Além disso, as previsões orçamentais da troika apontam para que a substituição de aumentos de impostos por cortes de despesa possa acontecer em 2014. Segundo os números divulgados na semana passada, o peso da receita do Estado aumentará para 43% do PIB em 2013, para depois baixar em 2014 e 2015. As mesmas previsões apontam para uma redução de quase dois pontos do peso da despesa no de PIB (mais de três mil milhões de euros) entre 2013 e 2014.

Impossível é saber se em termos eleitorais os cortes na despesa - que deverão abranger alguns serviços públicos fundamentais - serão menos penalizadores que os aumentos de impostos. Como afirmou no fim-de-semana o ministro da Segurança Social, Mota Soares, não haverá cortes indolores: "Sabemos que hoje 76% do total das despesas do Estado são consumos com prestações sociais e despesas com pessoal. Assim sendo, poucas serão as alternativas que venham a encontrar-se que sejam indolores, que não afectem ninguém, que não toquem também no Estado como nós o conhecemos".



MUDANÇA DE ESTRATÉGIA

O buraco orçamental que obrigou a antecipar a reforma do Estado

Perfil do reequilíbrio financeiro obrigou Pedro Passos Coelho a antecipar uma reforma do Estado que queria apenas iniciar no fim da legislatura ou no início de um segundo mandato

HELENA GARRIDO

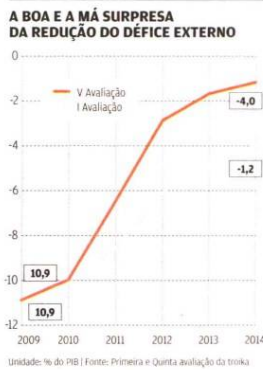
Há um ano, em Setembro de 2011, as previsões da troika apontavam para um défice externo de 6,1% do PIB este ano. A projecção da quinta avaliação, divulgada na semana passada, diz agora que o desequilíbrio das contas externas será afinal de apenas 2,9%.

A rapidez com que ocorreu a correcção das contas externas, pelo efeito conjugado da redução das importações, por via do mergulho do consumo e do investimento, e do aumento das exportações criou dificuldades orçamentais que não eram esperadas nem pelo FMI e Comissão Europeia nem pelo Governo que, além disso, não as desejava.

A economia portuguesa seguiu um perfil de reequilíbrio financeiro externo semelhante ao da intervenção do FMI em 1983-1985, destacou o ministro das Finanças Vítor Gaspar na intervenção que fez a 2 de Outubro, marcando o encerramento da quinta avaliação do FMI, Comissão Europeia e BCE.

Aparentemente, os economistas não esperavam que, sem a possibilidade de desvalorizar a moeda – a ferramenta mais poderosa do plano de estabilização de 1983 – se poderia assistir a uma redução tão rápida do défice externo. A crítica que se pode fazer é que se poderia ter antecipado esse padrão de reequilíbrio aprendendo com o que se passou no início dos anos 80.

O erro de previsão está, contudo, dado como adquirido. Nas es-



O défice externo deverá ficar este ano nos 2,9% do PIB, de acordo com as projecções do quinto exame regular ao programa português de ajustamento. Há um ano a troika previa um défice de 6,1%. Um "bom" comportamento que se traduziu em "mau" comportamento orçamental.

timativas do Governo e da troika, a correcção mais rápida do que o esperado do défice externo significou um choque negativo, permanentemente, nas contas públicas equivalente a 2% do PIB, cerca de 3.400 milhões de euros para o valor previsto da produção este ano.

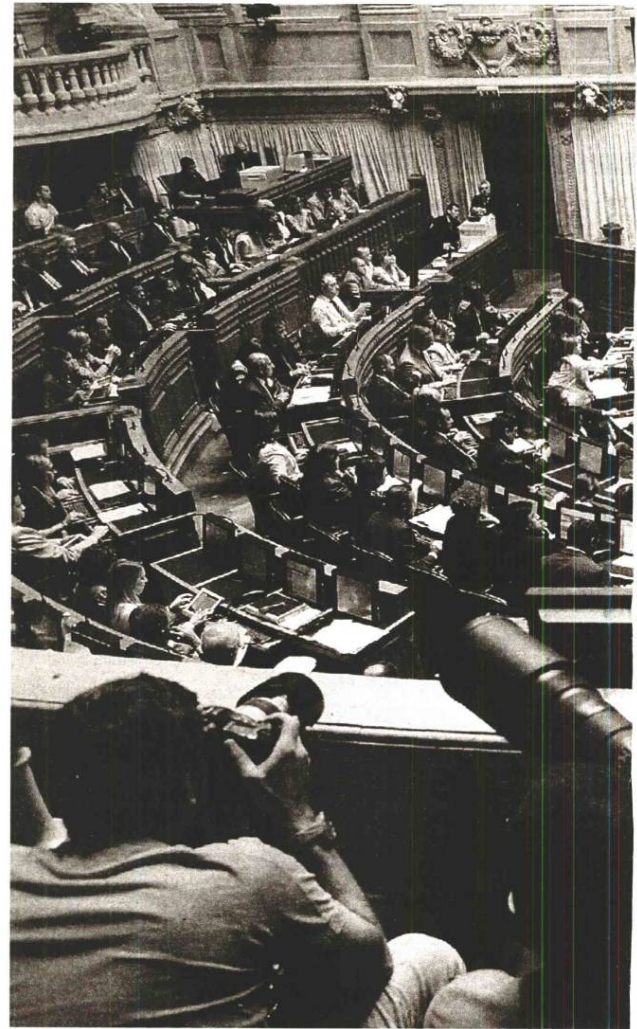
Este "buraco" nas receitas fiscais resulta fundamentalmente de uma redução da matéria colectável da economia em sede de tributação indirecta. As exportações não pagam IVA e é de admitir que a parcela do consumo pri-

vado no PIB estabilize num novo patamar abaixo dos actuais 66%. Uma redução da base colectável a que se somou a queda do rendimento e o aumento da despesa pública por causa do desemprego.

Perante este quadro, a troika e o Governo concluíram que é preciso avançar com intervenções estruturais na despesa pública que permitam reduzir a carga fiscal. As mensagens deixadas este fim-de-semana por Pedro Passos Coelho, Vítor Gaspar e Paulo Portas nas jornadas parlamentares conjuntas do PSD e CDS/PP reflectem já essa opção de avançar com a reforma do Estado.

O perfil do ajustamento alterou o plano que o Executivo tinha. Pedro Passos Coelho e o seu governo planeavam fazer a reforma do Estado que promete no programa do PSD no fim da legislatura e a apontar já para o segundo mandato. Mas essa calendarização tornou-se impossível a partir do momento em que a base colectável se reduz e o Governo se vê obrigado a ir buscar receita aos impostos sobre o rendimento.

O plano de adiar a reforma do Estado tinha sido determinado pelo facto de se considerar uma tarefa extremamente difícil, quer em termos operacionais quer por envolver a controversa matéria das funções que devem ser privilegiadas. O "buraco" orçamental criado pela queda do défice externo obrigou Pedro Passos Coelho a antecipar o que queria evitar fazer tão cedo.



Parlamento discute orçamento para 2013 | A Assembleia da República recebe amanhã

REFORMA DO ESTADO

É possível alterar o acesso ao Estado Social sem mexer na Constituição

Passos Coelho não especificou se ao reformar o Estado quer ter menos Estado Social. Mas se quiser, isso até pode ser feito sem o acordo do PS, porque é possível modificar o acesso à saúde e educação sem alterar a lei fundamental

BRUNO SIMÕES brunosimoes@negocios.pt



o Governo em peso para discutir a proposta de Orçamento do Estado. Cortes na despesa têm lugar garantido no debate.

Vital Moreira: este foi “um dos piores momentos” de Passos

BRUNO SIMÕES

brunosimoes@negocios.pt

O eurodeputado socialista é muito crítico da proposta de refundação do memorando lançada pelo primeiro-ministro. Em conversa com o **Negócios**, Vital Moreira considera que “não foi uma declaração feliz, foi francamente fora de época e não se percebe qual o sentido desta sugestão”. Em suma, “este foi um dos piores momentos do primeiro-ministro”.

Vital Moreira, habitualmente comedido nas críticas que tem feito ao mandato deste Governo – “não pertence a nenhum radicalismo anti-austeridade”, confirma o próprio –, assevera: Passos Coelho passou das marcas. “Na actual situação, em que o Estado Social até está a cumprir os mínimos, e quando disso depende a sobrevivência de muitos portugueses, faz sentido colocar esta



Vital Moreira não pertence às “hostes anti-austeridade”, mas ataca a declaração de Passos Coelho.

A reforma do Estado vai ter de acontecer e em breve, avisou Passos Coelho no passado sábado. Se a “refundação do programa de ajustamento” significa reduzir ou modificar o Estado Social e os direitos que ele assegura, o primeiro-ministro não esclareceu. Mas se for essa a intenção, até pode nem ser preciso ir mexer na Constituição da República Portuguesa (CRP) – um processo que seria sempre difícil porque o PS, que tem de participar nela, já se pôs claramente de fora.

Especialistas contactados pelo **Negócios** explicam que a CRP é bastante genérica em temas como a saúde, a educação e a segurança social. E que até é possível modificar as condições de acesso dos utentes – mexendo nas taxas moderadoras, e dos alunos – mexendo nas propinas, sem que isso obrigue a iniciar um processo de revisão constitucional.

“Direitos como a saúde e a educação estão sempre sob reserva do que é economicamente possível”, explica o constitucionalista Rodrigo Esteves de Oliveira. “Há margem de manobra para estabelecer novas regras no acesso a esses bens fundamentais”, até porque nesse do-

Direitos como a saúde e educação estão sempre sob reserva do que é economicamente possível.

RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA
Constitucionalista

“os princípios constitucionais são genéricos e carecem da materialização prática do Governo”. Num fundo, quando há mais recursos, os critérios de acesso ao Serviço Nacional de Saúde podem ser mais generosos – taxas moderadoras mais baixas; quando há menos, o Governo pode apertá-los.

Vital Moreira, constitucionalista e cabeça de lista do PS às eleições europeias de 2009, está de acordo. “Pode haver formas mais ou menos generosas e mais ou menos disciplinadoras de prestar os serviços” fundamentais, refere, exemplificando: “o Estado Social tem estado sujeito

Pode-se negociar limites e termos do apoio, mas não se pode discutir a existência do Estado Social.

VITAL MOREIRA
Constitucionalista e eurodeputado

a cortes, mas o seu núcleo duro não foi posto em causa. É possível rever a despesa pública mantendo em mínimos o Estado Social”. Se a intenção for “atingir” estes direitos adquiridos, projecta, aí sim, “é preciso rever a CRP”.

Também o constitucionalista Paulo Otero entende que há margem de manobra. “ACRP tem, aí, alguma elasticidade. É possível fazer essas alterações”, mas isso implica uma discussão “do papel do Estado: é de garantia ou de supletividade?”. Na reforma do Estado, Passos entende que “o Estado só deve fazer aquilo que faz bem, e deve fazer

muito melhor aquilo que não pode deixar de fazer”.

PS não quer um desmantelamento

António José Seguro reagiu no próprio sábado ao repeto de Passos Coelho. Primeiro, para dizer que não o percebeu. Depois, para dizer que há princípios caros ao PS. “Os acessos à saúde, à educação e à protecção social são pilares de uma matriz civilizacional de que o PS nunca abdicará”, seja, nomeadamente, por via de uma revisão constitucional ou não.

Pedro Pinto, um dos vice-presidentes do PSD, explicou ontem ao **Negócios** que a refundação “não pode colocar a tónica numa revisão da Constituição”, mas sim numa análise dos gastos actuais. “Queremos saber se o PS quer que fique tudo como está ou se quer mudar”. Se quiser, “será possível encontrar pontos de equilíbrio”. Já Guilherme Silva, deputado “laranja”, entende que “é preciso criar formas que permitam que quem pode pagar, paga, e quem não pode, não paga”, ou seja, “mecanismos de proporcionalidade e não de gratuidade” em áreas como a saúde e educação.

questão na agenda?”, questiona, para logo a seguir responder: “não. Não lembra ao diabo”.

“A necessidade de emagrecer o Estado e o Estado Social é a mensagem do PSD na sua versão neo-liberal. Ficou prudentemente dentro da gaveta durante anos. Não faz sentido sair agora”, observou. O PS também não vai na conversa, antecipa. “O PSD acha que o PS alguma vez ia estar disponível para, neste momento, atacar o Estado Social?”, questiona. “A declaração é errada no ‘timing’ e equívoca na mensagem e na possibilidade que levanta”.

Vital Moreira parece convergir com Marcelo Rebelo de Sousa no reforço que esta sugestão vai dar ao PS. “É uma provocação ao PS. Isto vai unir o partido e os que estão mais na esquerda e os que estão no centro-esquerda. A reacção será em unísono”, projecta. “Esta proposta, quando o Estado Social é mais necessário, não é séria”, remata.

Passos Coelho salientou, no passado sábado, que é preciso reformar o Estado para “refundar o programa de ajustamento”, e chamou o PS para essa reforma. “Não percebi o repeto do primeiro-ministro e nem sei se era para ser percebido”, admitiu Vital Moreira. “Toda a gente pensava que o memorando era para cumprir até ao fim”.